



XXIX CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (CIC)
2019

UACSA, UAST, UFAPE, CODAI e UEADTEC
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Coordenação de Programas Especiais



DISCUSSÕES SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA NA FORMALIZAÇÃO DO EMPREGO E NA CONCENTRAÇÃO DE RENDA DAS FAMÍLIAS

Ana Carla Campos Torres¹, Sergiany da Silva Lima²
E-mail: carlatorres.17@hotmail.com

1 Graduanda em Ciências Econômicas (UAST-UFRPE) e em Direito (FIS), Serra Talha, Estado de Pernambuco
2 Doutor em Economia pela UFF, Vice Coordenador e professor Adjunto nível 1 do Curso de Economia (UAST-UFRPE), Serra Talha, Estado de Pernambuco

O objetivo deste trabalho consistiu em analisar a relação causal da reforma trabalhista representada pela Lei nº 13.467/17 sobre a formalização do emprego e distribuição de renda, uma vez que a estruturação do mercado de trabalho depende essencialmente de três fatores concomitantes: crescimento econômico, organização trabalhista e intervenção pública. A expectativa de crescimento econômico influencia os investimentos e o emprego, enquanto as organizações trabalhistas fazem suas expectativas voltadas para melhorias salariais e garantias trabalhistas. A função do governo, neste caso, é assegurar o mínimo de garantias ao mercado de trabalho consolidando do mercado consumidor interno inclusive via transferências de renda, reduzindo assim a dependência da demanda externa. Então, a priori o método utilizado consistiu em uma recuperação dos fatos econômicos que influenciaram a flexibilização do mercado de trabalho brasileiro em 2017 que se deu basicamente pela forte crise econômica que o país vivência. Para caracterização do mercado de trabalho são apresentadas as estatísticas por região da População Economicamente Ativa, População em Idade Ativa, População Ocupada e Desocupada, e Taxa de Participação da Força de Trabalho. Para medir a concentração de renda é utilizado o índice de GINI cuja variação entre 0 e 1 expressa concentração absoluta de renda quando igual a 1, e distribuição equitativa de renda quando igual a 0. Combinado a esses indicadores, essa pesquisa consegue gerar um novo indicador de emprego formal. Inspirado no índice de emprego informal do Instituto de Economia Aplicada (IPEA), tornou-se possível construir um índice que mede a taxa de emprego formal para as unidades da federação brasileira. Todos os indicadores apresentados nessa pesquisa são determinadas a partir dos microdados trimestrais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD contínua) de 2012 a 2018. Os resultados obtidos mostraram que a recessão econômica e sua tímida recuperação frente às motivações conjunturais que tornaram a Reforma Trabalhista possíveis pegaram em cheio as famílias assalariadas brasileiras. Os mais pobres sentiram muito mais o impacto da crise econômica. O estudo mostra que após a Reforma Trabalhista de 2017, há uma tendência contínua de queda na taxa de formalidade do emprego brasileiro, e crescimento da desigualdade de renda, especialmente entre os mais ricos e mais pobres.

Palavras-chave: Reforma Trabalhista, Mercado de Trabalho, Concentração de Renda.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.

Realização:



Apoio:



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D O R P E